



conferência nacional de economia da saúde

Lisboa de 13 a 15 de Outubro, 2011

Fundação Calouste Gulbenkian

<http://12cnes.apes.pt>

Despesa com Medicamentos em Portugal - Impacto do Sistema de Preços e Participações

Inês Teixeira¹, Zilda Mendes¹, Sara Ribeiro¹, Suzete Costa¹

¹Centro de Estudos e Avaliação em Saúde (CEFAR) - ANF, Lisboa, Portugal

Contact: ines.teixeira@anf.pt

Objectivos (Objectives): Nos últimos anos, várias medidas têm sido adoptadas em Portugal com o intuito, essencialmente, de controlar a evolução da despesa com medicamentos. O Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC), aprovado pelo Governo Português em 2010, limitou o crescimento anual da despesa pública em 1% para os medicamentos comparticipados em ambulatório. O Memorando de Entendimento, assinado em Maio de 2011, entre as autoridades portuguesas e internacionais (CE, FMI e BCE) veio, posteriormente, aumentar o grau de exigência de redução da despesa pública com medicamentos. Num contexto nacional particularmente difícil, e considerando as medidas políticas dos últimos anos, o presente estudo tem como objectivos: 1) analisar a evolução do mercado farmacêutico e da despesa pública com medicamentos 2) identificar os principais factores do crescimento da despesa e implicações das recentes alterações legislativas em Portugal.

Metodologia (Methodology): Foi realizado um estudo descritivo, com 2 vertentes principais: 1) análise de mercado com base nos Sistemas de Informações sobre Consumo de Medicamentos (SICMED) e hmR, disponíveis no CEFAR, sobre as vendas mensais das farmácias comunitárias; 2) realização de simulações para medir o impacto das diversas alterações no sistema de preços e participação de medicamentos. O tratamento estatístico dos dados mensais foi realizado com o programa SAS versão 8.2.

Resultados (Results): Após 2 anos de redução na despesa pública em ambulatório (2006 e 2007), efeito directo das reduções administrativas de preços e participações, os encargos do SNS com medicamentos voltaram a crescer. Em 2010, o mercado SNS aumentou 2,8% em valor e 1,5% em volume, comparativamente com o período homólogo. Por sua vez, resultado de diversos factores, o aumento dos encargos do SNS foi de 5,6%, ultrapassando o limite de 1% de crescimento definido no PEC, o qual foi alcançado apenas no segundo semestre desse mesmo ano. A participação a 100% para todos os genéricos dispensados no Regime Especial, aprovada em Junho de 2009 e em vigor apenas durante um ano, foi responsável por uma despesa adicional de 26,8 milhões € para o SNS, em 2010 (32,0% do aumento total da despesa). Não obstante, cerca de 23,7 milhões € são explicados pela participação nos últimos 2 anos de novas moléculas. O aumento de 1% da Taxa de IVA dos medicamentos após 1 de Julho de 2010 justificou ainda um acréscimo de 7,5 milhões € na despesa do SNS em 6 meses. Entre outros factores explicativos, os subsistemas de saúde também contribuíram para essa tendência: em Dezembro de 2010, aproximadamente 7,4 milhões € foram transferidos da ADSE para o SNS. No final de 2010, o Governo adoptou medidas adicionais para redução da despesa pública com medicamentos, como a dedução de 6% no preço dos medicamentos comparticipados e diversas reduções nos escalões de participação. O impacto foi imediato, com diminuição da despesa a partir do quarto trimestre de 2010, sendo que a despesa do SNS diminuiu 21,2% nos primeiros 4 meses de 2011. Contrariamente, o mercado hospitalar teve um crescimento muito elevado e continua a crescer, 3,5% em 2011.

Conclusões (Conclusions): O enquadramento legal tem um elevado reflexo na evolução da despesa com medicamentos e, consequentemente, nos encargos públicos e co-pagamentos dos utentes. Ao invés de consecutivas reduções administrativas de preços e participação, com impacto na diminuição da despesa apenas no curto prazo e consequências para os diversos stakeholders do sector, devem ser consideradas medidas que promovam a racionalidade e eficiência, quer no mercado ambulatório, quer no mercado hospitalar. No actual quadro de incerteza e crise económico-financeira, a avaliação periódica do impacto das diferentes medidas adoptadas em Portugal reveste-se de particular importância, bem como a identificação de estratégias que garantam a acessibilidade dos utentes ao Medicamento e que suportem a sustentabilidade do sector Farmacêutico.